



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL:

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DO JUTEIRO NA VILA AMAZÔNIA

ADELSON DA COSTA FERNANDO¹

JOYCE COELHO GOMES²

JOMILTON SOARES MARIALVA³

RESUMO:

O trabalho do juteiro da Amazônia é um estudo que se propõe a reflexão acerca da relação entre questão social e as precárias condições de trabalho e saúde nas várzeas amazônicas. Esta abordagem é qualitativa e pressupõe que mesmo submetidos à condições de trabalho degradantes, os juteiros conseguiram atingir elevados níveis de produtividade que deram sustentação à economia dos estados do Amazonas e Pará. Constatamos que a superexploração predatória do trabalhador rural na Amazônia esteve presente na referida atividade econômica à custa da expropriação e sofrimento dos trabalhadores, que convivem com doenças e sequelas causadas pelas condições insalubres do ambiente de trabalho no qual lhe impuseram.

Palavras-chave: Trabalhador Juteiro; Trabalho na Amazônia; Questão Social; Saúde do trabalhador; Vila Amazônia.

ABSTRACT:

The work of the juteiro in the Amazon is a study that proposes to reflect on the relationship between social issues and the precarious working and health conditions in the Amazon floodplains. This approach is qualitative and assumed that even when subjected to degrading working conditions, the juteiros managed to achieve high levels of productivity that supported the economy of the states of

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

³ Universidade Federal do Amazonas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Amazonas and Pará. We found that the predatory overexploitation of rural workers in the Amazon was present in the aforementioned economic activity at the cost of the expropriation and suffering of the workers, who live with diseases and after-effects caused by the unhealthy conditions of the work environment in which they were forced to work.

Keywords: Juteiro Worker; Work in the Amazon; Social Issue; Worker's Health; Vila Amazônia.

INTRODUÇÃO: Serviço Social e as expressões da questão social

As mudanças no mercado de trabalho, como a industrialização e a precarização de empregos, impactam a sociedade gerando desigualdades e injustiças. A industrialização e a automação podem levar à substituição de mão de obra por máquinas, resultando na redução de postos de trabalho disponíveis. Isso cria uma competição ainda mais acirrada por empregos, dificultando o acesso ao mercado de trabalho para aqueles que não possuem qualificações específicas. Com a busca por redução de custos e aumento da lucratividade, muitas empresas optam por oferecer empregos precários, sem garantias trabalhistas básicas, salários dignos ou perspectivas de crescimento na carreira.

Isso contribui para a perpetuação da pobreza e da instabilidade financeira entre os trabalhadores. As mudanças no mercado de trabalho muitas vezes favorecem a concentração de renda nas mãos de poucos, enquanto ampliam a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres. Isso gera um ciclo de desigualdade em que os mais vulneráveis têm menos oportunidades de ascensão social. A insegurança no trabalho, a falta de perspectivas futuras e as condições precárias podem afetar negativamente a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores, gerando estresse, ansiedade e outros problemas psicológicos (Camargo, 2016). Diante desses impactos, é fundamental que haja políticas públicas eficazes para mitigar as desigualdades geradas pelas transformações no mercado de trabalho, garantindo direitos trabalhistas justos, promovendo a qualificação profissional e buscando equilibrar as relações entre capital e trabalho para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Esses problemas estruturais levam à emergência da chamada "questão social", que envolve diversos aspectos como pobreza, exclusão social e falta de acesso a direitos básicos. A imaginação sociológica dos assistentes sociais exerce um papel fundamental na abordagem dessas questões sociais, pois devem compreender as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade e agir de forma crítica para promover mudanças e justiça social (Camargo, 2016);

é o vislumbre do Serviço Social como uma profissão comprometida em enfrentar as desigualdades sociais e as injustiças estruturais, buscando sempre a transformação das condições que geram esses problemas na sociedade.

A crise capitalista tem profundos efeitos no trabalho, na questão social e no Serviço Social, tendo em vista que o sistema capitalista enfrenta crises econômicas, como recessões ou instabilidades financeiras, isso impacta diretamente o mercado de trabalho e a dinâmica social de diversas maneiras.

Em tempos de crise capitalista, torna-se ainda mais importante que os assistentes sociais atuem de forma crítica e propositiva, buscando não apenas mitigar os efeitos negativos da crise, mas também contribuir para a transformação das estruturas sociais injustas que a perpetuam. Diante de tais, o Serviço Social se torna um agente fundamental na luta por justiça social, na defesa dos direitos humanos e na promoção do bem-estar das populações mais vulneráveis em momentos de crise econômica gerada pelo sistema capitalista.

Na sociedade capitalista, o trabalho é visto como uma mercadoria a ser explorada em prol da geração de lucro e acumulação de capital (Camargo, 2016), levando à busca constante por aumento da produtividade, redução de custos e maximização dos ganhos, muitas vezes em detrimento das condições de trabalho dos empregados.

Para atender às demandas do mercado e manter a competitividade, as empresas adotam práticas de flexibilização do trabalho, como contratos temporários, terceirizações e jornadas intermitentes, resultando na precarização das relações de trabalho e na fragilização dos direitos trabalhistas, como veremos entre os trabalhadores da juta, em Parintins. Este é o objetivo que nos desafia neste artigo.

1. Trabalho e Questão Social

Conforme nos provoca Borges et al. (2019), pensar a questão social a partir da realidade brasileira e, de forma específica, do mundo do trabalho na Amazônia exigiu de nós um “conjunto de mediações, capaz de compreendê-la dentro do atual processo de mundialização e financeirização do capital e à luz das particularidades da formação social brasileira”. É na dinâmica entre universalidade e singularidade que a questão social pode e deve ser decifrada, como “síntese de múltiplas determinações, ligada estruturalmente à acumulação capitalista e, sob forma particular, pelas contradições do capitalismo periférico dependente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nossa perspectiva teórico-metodológica está pautada numa reflexão crítico-dialética sobre as condições de trabalho dos juteiros na Vila Amazônia/Parintins e as expressões da questão social. Para isso, no sentido dessa perspectiva analítica, a teoria social de Marx facultou

a compreensão do modelo de produção capitalista como resultante de um grande desenvolvimento de forças produtivas e novas relações sociais de produção entre duas classes fundamentais: a burguesia, detentora dos meios de produção e do capital; e o proletário, que detém a mercadoria força de trabalho e não os meios de produção. Este modo de (re)produção implica em uma contradição que está na raiz da questão social: a produção socializada da riqueza social, contraposta à apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho alheio (IAMAMOTO, 2008).

Para Iamamoto e Carvalho (2012, p. 84), a questão social “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

Nessa discussão e debate acerca das expressões da questão social no mundo do trabalho dos juteiros na Vila Amazônia/Pin e se existem estratégias coletivas para o seu enfrentamento é preciso articular uma compreensão do “conjunto de relações de dominação e exploração, bem como a forma como o capitalismo se apropria delas, fortalecendo-as” (BORGES, 2019). Não podemos perder de vista que as lutas contra as opressões, expropriações e exploração do trabalho permeiam as contradições entre as classes, geradas pela relação capital x trabalho na sociedade capitalista (CISNE, 2012).

Daí é interessante esclarecer que os elementos fundantes da questão social estão relacionados ao “conjunto das desigualdades sociais do modo de produção capitalista”. Ou seja, a questão social possui substancialmente um elemento político, concebido como questão social para si, a partir do que Netto (2001) localiza como “desdobramentos sociopolíticos”, relacionados à capacidade de organização e reivindicação da classe trabalhador.

Disto isso, na perspectiva marxista, o trabalho é entendido como “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2017, p. 255); é uma atividade que está associada e articulada exclusivamente ao homem, pois é pela mediação do trabalho que o homem não modifica apenas a matéria sobre a qual opera, mas imprime sobre ela o que previamente idealiza, revelando sua capacidade teleológica (MARX, 2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O capitalismo, como modo de produção, é historicamente situado. O capitalismo nem sempre existiu; mas ele se constitui como fruto de um processo histórico de transformações na forma como os homens produziam os bens e itens necessários à sua sobrevivência.

A compreensão do surgimento da estrutura econômica capitalista adveio de uma longa transição da sociedade feudal, a partir da complexificação das relações e necessidades sociais. A expansão das relações comerciais (a partir dos pequenos comerciantes), o nascimento da manufatura, a constituição de uma classe social formada por grupos mercantis e a abertura de novos mercados (incluindo a América Latina), marca a ruptura com o Antigo Regime e a consolidação de uma nova fundamentada no modelo capitalista (TELES; CORRÊA, 2019). A distinção de duas classes antagônicas foi o resultado desse processo: os proprietários do dinheiro (meios de produção e de subsistência) e os trabalhadores livres (vendedores da sua força de trabalho). Em Marx os fundamentos explicativos de que é essa polarização que determina as condições fundamentais da produção capitalista.

É no processo, desenvolvimento e consolidação que o capital vai sofrendo transformações e assumindo formas diferentes para sua valorização. Isso significa dizer que a forma de geração de excedente, no sistema capitalista, permanece centrada na apropriação por parte do capital de um produto excedente gerado pelos trabalhadores. Na verdade, o modo de produção capitalista só existe na medida em que subalterniza a força de trabalho, tendo em vista a acumulação de mais-valia, a partir da exploração da força de trabalho do trabalhador, entendida como a apropriação privada do capital, da mais-valia produzida pelo trabalhador (TELES; CORRÊA, 2019).

A questão social se encontra inscrita no bojo da acumulação primitiva, uma vez que é fruto das relações sociais de classes do modo de produção capitalista: ela possui vinculação seminal com as relações sociais, uma vez que a produção de capital por meio da expropriação da força de trabalho se constitui como condição singular para a reprodução do capital, isto é, para que seja possível o acúmulo privado é preciso que ocorra o desacúmulo coletivo, que se expressa na pauperização da classe trabalhadora e agudização das condições de vida.

Em se tratando de Brasil, há uma particularidade que é o caráter dependente de sua economia: esse processo vai se dar de forma ainda mais radicalizada: pela superexploração do trabalho ou violação da força de trabalho. Em desdobramento, Osório (2009) afirma que “a superexploração remete a uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho” (p. 175). Deste modo, os trabalhadores brasileiros, mesmo inseridos no mundo do

trabalho, não têm acesso a uma remuneração suficiente para subsidiar suas necessidades mínimas. Ou seja, “a forma de tributação existente no país e a precariedade das políticas públicas expressam alguns dos desdobramentos dessa particularidade”. Marini (2000, p. 125) aprofunda essa discussão afirmando que há três mecanismos que atuam como propagadores do modo de produção capitalista, fundado na superexploração do trabalho: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (TELES; CORRÊA, 2019).

Diante desse contexto, o acirramento da questão social resultante das transformações societárias exige uma reflexão profunda sobre as políticas públicas, as relações de trabalho e os modelos econômicos adotados. É fundamental buscar soluções que promovam a inclusão social e o respeito aos direitos humanos, visando construir uma sociedade mais justa, solidária e sustentável para todos os seus membros (Guiraldelli, 2014).

A sociabilidade capitalista agrava o pauperismo ao funcionamento desse sistema econômico. A lógica do capitalismo, baseada na acumulação de riqueza e na busca incessante por lucro, vai gerar uma desigualdade estrutural que favorece a concentração de recursos nas mãos de poucos, enquanto uma grande parcela da população fica à margem, sem acesso adequado a bens e serviços essenciais (Guiraldelli, 2014). No sistema capitalista, o trabalho é tratado como uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado. Isso resultar em condições precárias, salários baixos e falta de proteção social para os trabalhadores, levando muitos deles à condição de pauperismo.

2. Juta e trabalhadores juteiros da Vila Amazônia

A história da Vila Amazônia, referenciada no contexto da introdução da juta no Amazonas, passa, inexoravelmente, pelo protagonismo empresarial da Companhia Industrial Amazonense S.A. (CIA), tornando-o essencial para o entendimento crítico do inteiro processo de ocupação, dessa pequena ponta de terra, pelos adventícios e seus desdobramentos no cenário amazônico. Em japonês, o nome da CIA era Amazon Sangyo Kabushiki Kaisha. Tendo como epicentro a Vila Amazônia, a cultura da juta se espalhou, a partir de 1938, por uma extensa região de várzea do Rio Amazonas e de seus tributários (Ferreira, 2014).

Com clima quente e úmido e várzeas de aluvião, fertilizadas pelo ciclo hidrológico anual, a calha do Rio Amazonas apresenta condições ambientais e climáticas muito semelhantes àquelas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

encontradas nos rios Ganges e Brahmaputra, na Índia. Foi exatamente do ambiente de várzea desses rios indianos que se originaram as sementes da juta, aqui plantadas pela companhia japonesa. Talvez no Japão o jutal viesse a ser um lugar aprazível para os laboriosos trabalhadores japoneses, cenário diametralmente oposto àquele encontrado na várzea amazônica, onde cerca de 50 mil trabalhadores rurais amargaram condições de trabalho extremamente deletérias e perigosas.

De acordo com Silvan (2018), assim como a própria Amazônia, a Vila Amazônia, de Parintins, passou por profundas transformações desde a década de 1930, década em que a monocultura da juta foi introduzida na região pela Companhia Industrial Amazonense. Na década de 1980, o local foi destinado pelo Governo Federal a ser a parte urbana de um assentamento agrícola, sem maiores pretensões, acolhendo agricultores da própria região Norte, especialmente dos municípios amazonenses e paraenses adjacentes, e, também, da região Nordeste (Pachêco e Saito, 2016, p. 118).

Atualmente, a Vila Amazônia é um distrito do município de Parintins, localizado às margens do Rio Amazonas, delimitado ao sul com o rio Mamuru, a leste com o estado do Pará e a oeste com o paraná do Ramos. O distrito inteiro é formado por 54 comunidades rurais, com 2.500 famílias. É, também, a denominação de um assentamento agrícola implantado em 1980 pelo Inbra, destinado a acolher migrantes de outros locais da Amazônia e do Nordeste. A Vila Amazônia é uma pequena ponta de terra, de pouco mais de dois quilômetros quadrados, localizada na margem direita do Rio Amazonas, exatamente na confluência onde esta recebe as águas do Paraná do Ramos. O traçado de suas ruas segue o padrão tabuleiro urbanístico clássico, com a maioria das 39 vias dispostas em sentido noroeste-sudeste e nordeste-sudoeste.

Ao longo do período econômico da juta, cerca de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras se sujeitaram a condições explícitas de insalubridade e periculosidade laborais (Silvan, 2018). Um desses trabalhadores foi o juteiro Antônio de Souza Barros, filho do também juteiro Germano de Souza Barros.

Antônio Barros nasceu em setembro de 1933, no Paraná do Limão, em Parintins, e trabalhou no cultivo e beneficiamento da juta nas comunidades Repartimento e Paraná do Macaco, neste mesmo município. Com a juteira Maria da Conceição Pinto Vasconcelos, que nasceu em abril de 1944, em Parintins, Antônio Barros constituiu uma numerosa família que ainda tem como referência identitária e afetiva a cultura da juta. Atualmente, ambos estão aposentados, vivendo entre sua propriedade rural e a cidade de Parintins, onde moram alguns de seus filhos.

Antônio Barros começou a trabalhar na plantação de juta por volta de 1945, quando contava com apenas 12 anos de idade; e ficou até 1960, somando cerca de 15 anos ininterruptos de trabalho rural cansativo e enfadonho. Atualmente, o antigo juteiro ganha a vida com a renda da criação de gado de sua fazenda e a parca aposentadoria rural. Como muitos trabalhadores da juta entrevistados durante o trabalho de campo em Parintins, Antônio Barros relembra, com certo entusiasmo, o tempo em que se dedicava a cuidar de uma plantação da fibra, com cerca de cinco hectares, no Paraná do Macaco, distante poucos quilômetros da sede municipal. Foi sob o inclemente sol equatorial que ele se tornou um homem de fibra, derrubando a floresta no cabo de machado para fazer roça de mandioca, singrando a remo os rios e igarapés para pescar e, de terçado em punho e com água barrenta pela cintura, cortando as hastes da fibra da juta na várzea parintinense.

Como posto neste artigo, o juteiro vivia uma situação anômala que mascarava sua relação de trabalho com os representantes do sistema capitalista, este sempre muito engenhoso em formatar processos de exploração do trabalho, nas mais variadas atividades geradoras de lucro ao redor do planeta. Desde a perspectiva da gestão empresarial, o juteiro era considerado como produtor rural, independente e autônomo, único responsável por sua relação com o mercado, mas, na verdade, apresentava praticamente todas as características de trabalhador rural, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, inserido em um sistema brutal de exploração de mão de obra que não poupava nem mesmo sua mulher e seus filhos (Pinto, 1982).

Oito das dez fases do processo produtivo da juta apresentavam rotinas de trabalho extremamente desgastantes, e, mesmo, perigosas, com potencial que deixava o juteiro paralisado numa rede devido ao reumatismo, o principal problema de saúde entre tantos, todos advindos das condições de trabalho degradantes, insalubres e perigosas a que estavam submetidos. Em relação à insalubridade e periculosidade no âmbito laboral, a pior fase do processo produtivo era o desfibramento, no qual o agricultor permanecia imerso na água barrenta, por horas a fio, para fazer a separação da envira (casca) do caule da planta, que, depois de limpo, expunha as fibras da juta. A fase de desfibramento era mais conhecida nos jutais como lavagem da juta.

Nessa fase do processo produtivo é que surgia a febre, a dor de cabeça forte, devido ao sol escaldante e, principalmente, o reumatismo. Nessas horas, a atitude de comprometimento com os valores ancestrais de sua comunidade, de sua gente, seu *habitus* (Bourdieu, 1989), se fazia presente para honrar a dívida com o patrão. Com água pela cintura, o corpo doente do trabalhador anfíbio (Fraxe, 2000), vergado sobre os feixes de juta, ficava todo engelhado, sem ter, no entanto,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o direito de deitar na rede e recuperar as forças para o dia seguinte. É fato que o sistema capitalista execra o corpo que não trabalha.

Após o desmantelamento da Companhia Industrial Amazonense, em 1942, nem mesmo os 23 trabalhadores japoneses remanescentes e seus descendentes se livraram do trabalho exaustivo, insalubre e perigoso da juta (Silvan, 2018, p. 32). Um deles foi Tadashi Inomata, um enfermeiro que, ao longo do tempo, se transmutou em trabalhador rural e, logo em seguida, em empresário produtor de juta em escala comercial. Ele chegou à Vila Amazônia em 1939, com 16 anos, e morreu na sede municipal de Parintins aos 86 anos. Tadashi casou-se com a senhora paraense Maria Sena Inomata, com quem teve seis filhas e cinco filhos, entre eles o comerciante José Elizeu Sena Inomata, nascido em 1959, em Óbidos, no Pará, numa localidade chamada de Paraná de Baixo, onde a família passou a cultivar juta.

Elizeu Inomata também cortou juta quando criança, com seus irmãos Evail, Wilson e Juscelino, em Óbidos, no Pará. Depois a família se mudou para o Paraná do Comprido, em Urucará, já no Amazonas. Como todo imigrante japonês, vindo durante a presença imperial nipônica na Amazônia (1930-1942), Tadashi Inomata teve direito a registro do seu nome no monumento dedicado aos funcionários da CIA, erigido em Parintins, localizado ao lado do Bumbódromo. Além desse honroso registro, o imigrante foi agraciado com uma distinção especial, dada pela Prefeitura Municipal de Parintins, com nomeação ao Centro Educacional Tadashi Inomata, localizado no bairro de Jacareacanga, localizado próximo ao campus da Universidade Federal do Amazonas. Elizeu Inomata relata:

Durante sua curta permanência na Vila Amazônia, meu pai Tadashi, que também era enfermeiro, cuidava dos seus patrícios, geralmente acometidos de doenças como malária, tuberculose e febre amarela. Meu pai contava a história do imigrante japonês Takato Oishi, koutakussei da primeira turma [vinda em 1931], que, mesmo com febre alta, passou o dia todo lavando juta na beira do rio. Levado às pressas para o hospital da Vila Amazônia, o doutor Yoshio Toda diagnosticou pneumonia, vindo Oishi a falecer logo em seguida. Foi enterrado no cemitério da Vila Amazônia, na ala especial reservada aos imigrantes japoneses (Entrevista concedida em 30 de agosto de 2023).

Aliciado para produzir juta nas várzeas dos rios e paranás amazônicos, o juteiro foi o último a saber o que realmente o aguardava na lida dos jutais e, quando percebeu, já estava todo endividado. “Foi merecido, porque, como diz o velho ditado, todo castigo para juteiro é pouco, para ele ser mais cauteloso, não ser maria vai com as outras, tomar tento do que está fazendo quando oferecerem dinheiro emprestado” (Adamor Ferreira, entrevista concedida em 29 de agosto de 2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A saúde do trabalhador (Lacaz, 1983) está inserida no âmbito da Saúde Pública, que atua com métodos e procedimentos próprios, na perspectiva de promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores, implementando medidas de alcance coletivo, com intervenções em grupos e/ou individuais.

Para Dejours (1992), condição de trabalho compreende o ambiente físico, o ambiente biológico, o ambiente químico, as condições de higiene, de segurança, e as características antropométricas do posto de trabalho. As condições de trabalho demonstram a interação e o inter-relacionamento das circunstâncias material, psíquica, biológica e social, sendo influenciadas pelos fatores econômico, técnico e organizacional do trabalho; compõem o ambiente e propiciam os determinantes da atividade laboral. A partir dessas compreensões, Lourenço (2009, p. 33) afirma que os agravos à saúde dos trabalhadores não são problemas particulares desta ou daquela pessoa, obviamente que são vividos singularmente, mas são problemas sociais frutos da organização e relações sociais de trabalho mais gerais, mediado por várias partes que compõem a totalidade do mundo do trabalho e das relações estabelecidas.

3. Condições de trabalho e saúde do trabalhador juteiro

Para Costa e Leite (1966), o cultivo da juta foi responsável pelo aparecimento de mais um tipo social entre a diversidade dos habitantes rurais da Amazônia. Cultura introduzida por imigrantes japoneses, na década de 1930, cujas técnicas de plantio foram logo assimiladas pelos caboclos do médio Amazonas, tornou-se em pouco tempo o principal produto comercial amazonense. O médio Amazonas foi a principal área de cultura da juta e para lá tem convergido populações, por vezes de regiões longínquas, ligadas outrora ao extrativismo florestal.

A questão que norteou este estudo resultou no reconhecimento de que a superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia esteve presente na atividade econômica da juta à custa de sangue, suor e sofrimento dos trabalhadores, muitos dos quais até hoje convivem com doenças e sequelas causadas pelas condições penosas, insalubres e perigosas desse tipo de trabalho.

Neste sentido, ao longo de 50 anos (1937-1987), o ponto vulnerável da rentabilíssima cadeia produtiva da juta foram as condições de trabalho extremamente adversas e comprometedoras que implicaram na saúde e no bem-estar dos trabalhadores da juta (Braga, 1945; Silvan, 2018). Devido particularmente a este fator insalubre, afirmamos categoricamente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que a sua cadeia produtiva em nada contribuiu para o desenvolvimento regional, sendo, na realidade, o fator preponderante para a manutenção do subdesenvolvimento da Amazônia durante esse período.

Sujeitos a todos os tipos de condições desfavoráveis, intempéries e complexidades próprias do processo produtivo da jiticultura, durante meio século os juteiros das várzeas amazônicas sofreram corpórea e psicologicamente as limitações, impedimentos, sofrimentos e insatisfações impostas pelo “moinho de gastar gente”, representado aqui pelo sistema capitalista de produção de bens e serviços. Tais condições de trabalho degradantes deixaram um passivo social de difícil equação, preponderantemente representado por patologias crônicas, cujo nexos causal pode ser identificado na labuta alucinada do cultivo e beneficiamento da fibra de juta, como, por exemplo, o reumatismo.

Em Parintins, por exemplo, para Ferreira (2014, p. 154), o processo geralmente começava no finalzinho de julho ou no início do mês de agosto, logo após as águas dos rios baixarem o suficiente para aparecer o leito fertilizado pelo húmus, ocasião em que se realizava a adequação do terreno para a lavoura e o plantio da semente na lama ou na terra ainda úmida e fértil da várzea. Da semeadura ao corte da haste, a cultura da juta levava aproximadamente 120 dias, quando a planta atingia a altura padrão de quatro metros. O processo tinha seu ponto alto no corte e no desfibramento das hastas, quando a água dos rios começava a subir, por volta de janeiro, finalizando com a secagem das fibras (realizada ainda no período das chuvas), enfardamento e despacho dos fardos de juta pelo motor (transporte fluvial) do regatão (comerciante), por volta do mês de janeiro ou fevereiro (Pinto, 1982). Dependendo da área onde estava localizado o jital, o processo todo levava de cinco a sete meses, com dispêndio de energia física mais acentuada nos períodos de corte e lavagem da fibra, envolvendo cada uma dessas duas fases de 20 a 30 dias.

Talvez com exceção do plantio da semente, feito geralmente a lanço em agosto ou setembro, às vezes com lama pela cintura, todas essas fases foram caracterizadas por intenso dispêndio de energia física, sendo que algumas delas apresentavam trabalho executado sob pressão psicológica devido à urgência ditada pela subida do nível das águas. Havia, também, durante os meses de dezembro a fevereiro, após a colheita, o risco de apodrecimento das fibras em processo de maceração.

Em Parintins, a safra da fibra era referenciada pelos juteiros como sendo “juta da lama” (Ferreira, 2014, p. 156), que ia desde a semeadura em agosto, colheita em novembro, até a secagem e o enfardamento da juta em dezembro, podia estender-se até meados de janeiro.

Durante parte deste período, o juteiro trabalhava sob intensa insolação, umidade relativa do ar em torno de 50% e chuvas torrenciais ocasionais.

No mês de agosto as águas da enchente começavam a baixar, deixando aflorada uma terra fertilizada pelos sedimentos, propícia para a cultura da juta e dos demais cultivos varzeanos, principalmente a roça de mandioca, cujo cronograma praticamente acompanha o da juta. O calendário do cultivo da juta estava sujeito às variações anuais do ciclo das enchentes e vazantes, e era muito flexível para cada município e localidade e para cada ano especificamente. Pontualmente, em cada jutal, este calendário podia ainda ser flexibilizado devido ao nível do terreno, determinante do nível das águas, permitindo ou não a atividade agrícola. O calendário agrícola da juta da Vila Amazônia englobava uma safra anual que, no total, abrangia cerca de cinco ou seis meses, geralmente de agosto a dezembro, e se estendia até meados de janeiro.

Nas fases finais do processo produtivo, de secagem, enfardamento da juta e despacho dos fardos para os comerciantes, os problemas mais graves de saúde davam uma trégua, mas o esforço físico extenuante continuava praticamente o mesmo como em quase todas as dez fases (Ferreira, 2014, p. 161). Nesta lista classificatória de doenças, que afligia e acometia o trabalhador juteiro, podemos acrescentar ainda a ancilostomíase, beribéri e a hemoglobinúria e, sobretudo, a terrível e incapacitante malária, cujo vetor são os insetos anofelíneos. De fato, por volta de 1963, uma série de doenças de massa, umas endêmicas (como a malária e as disenterias), outras epidêmicas (como a varíola [extinta atualmente], a febre amarela e ultimamente a hepatite infecciosa); outras crônicas, de longo ciclo, como a lepra; e ainda outras carenciais, como o beribéri, constituía-se realmente em um sério entrave à adaptação do homem ao meio amazônico. Dentre elas, a malária era a mais grave (Batista, 2003, p.126).

Durante as fases de afogamento das hastes, desfibramento e lavagem da juta, os olhos do juteiro sofriam uma agressão violenta por causa da exposição prolongada à luz solar refletida na água dos rios, o que acarretava sérios problemas de visão. Entre os problemas comuns aos trabalhadores rurais da Amazônia, que passam várias horas por dia expostos à radiação solar refletida no espelho d'água dos rios e lagos, estão a catarata, caracterizada pelo endurecimento e opacidade do cristalino, e o pterígio, caracterizado pelo crescimento excessivo de uma membrana que protege o globo ocular, conhecida popularmente como carne crescida. O principal fator condicionante negativo das regiões tropicais seria o clima excessivamente quente e úmido, que para muitos autores seria insuportável e letal, um "inferno verde", aparentemente propício à propagação das "doenças tropicais".



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nas áreas de várzea, onde estavam localizados os jutais, tais condições propícias às endemias eram a regra, e não a exceção. As esquistossomoses não têm vetores, mas têm hospedeiros intermediários, os caramujos, que, na água, liberam por intermédio de suas fezes as formas infectantes para o homem.

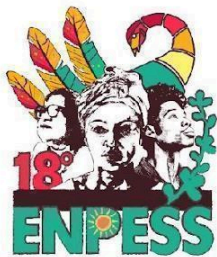
Trabalhador da juta e expressões de precarização: algumas considerações

O cultivo da juta foi responsável pelo aparecimento de mais um tipo social entre a diversidade dos habitantes rurais da Amazônia. Cultura introduzida por imigrantes japoneses, na década de 1930, cujas técnicas de plantio foram logo assimiladas pelos caboclos do médio Amazonas; tornou-se em pouco tempo o principal produto comercial amazonense. O médio Amazonas foi a principal área de cultura da juta e para lá tem convergido populações, por vezes de regiões longínquas, ligadas outrora ao extrativismo florestal.

A questão que norteou este estudo resultou no reconhecimento de que a superexploração predatória do trabalho rural na Amazônia esteve presente na atividade econômica da juta à custa de sangue, suor e sofrimento dos trabalhadores, muitos dos quais até hoje convivem com doenças e sequelas causadas pelas condições penosas, insalubres e perigosas desse tipo de trabalho.

Neste sentido, ao longo de 50 anos (1937-1987), o ponto vulnerável da rentabilíssima cadeia produtiva da juta foram as condições de trabalho extremamente adversas e comprometedoras que implicaram na saúde e no bem-estar dos trabalhadores da juta (Braga, 1945; Silvan, 2018). Devido particularmente a este fator insalubre, afirmamos categoricamente que a sua cadeia produtiva em nada contribuiu para o desenvolvimento regional, sendo, na realidade, o fator preponderante para a manutenção do subdesenvolvimento da Amazônia durante esse período.

Sujeitos a todos os tipos de condições desfavoráveis, intempéries e complexidades próprias do processo produtivo da juiticultura, durante meio século os juteiros das várzeas amazônicas sofreram corpórea e psicologicamente as limitações, impedimentos, sofrimentos e insatisfações impostas pelo “moinho de gastar gente”, representado aqui pelo sistema capitalista de produção de bens e serviços. Tais condições de trabalho degradantes deixaram um passivo social de difícil equação, preponderantemente representado por patologias crônicas, cujo nexos causal pode ser identificado na labuta alucinada do cultivo e beneficiamento da fibra de juta,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como, por exemplo, o reumatismo.

Em Parintins, por exemplo, para Ferreira (2014, p. 154), o processo geralmente começava no finalzinho de julho ou no início do mês de agosto, logo após as águas dos rios baixarem o suficiente para aparecer o leito fertilizado pelo húmus, ocasião em que se realizava a adequação do terreno para a lavoura e o plantio da semente na lama ou na terra ainda úmida e fértil da várzea. Da semeadura ao corte da haste, a cultura da juta levava aproximadamente 120 dias, quando a planta atingia a altura padrão de quatro metros. O processo tinha seu ponto alto no corte e no desfibramento das hastes, quando a água dos rios começava a subir, por volta de janeiro, finalizando com a secagem das fibras (realizada ainda no período das chuvas), enfardamento e despacho dos fardos de juta pelo motor (transporte fluvial) do regatão (comerciante), por volta do mês de janeiro ou fevereiro (Pinto, 1982). Dependendo da área onde estava localizado o jutal, o processo todo levava de cinco a sete meses, com dispêndio de energia física mais acentuada nos períodos de corte e lavagem da fibra, envolvendo cada uma dessas duas fases de 20 a 30 dias.

Talvez com exceção do plantio da semente, feito geralmente a lanço em agosto ou setembro, às vezes com lama pela cintura, todas essas fases foram caracterizadas por intenso dispêndio de energia física, sendo que algumas delas apresentavam trabalho executado sob pressão psicológica devido à urgência ditada pela subida do nível das águas. Havia, também, durante os meses de dezembro a fevereiro, após a colheita, o risco de apodrecimento das fibras em processo de maceração.

Em Parintins, a safra da fibra era referenciada pelos juteiros como sendo “juta da lama” (Ferreira, 2014, p. 156), que ia desde a semeadura em agosto, colheita em novembro, até a secagem e o enfardamento da juta em dezembro, podia estender-se até meados de janeiro. Durante parte deste período, o juteiro trabalhava sob intensa insolação, umidade relativa do ar em torno de 50% e chuvas torrenciais ocasionais.

No mês de agosto as águas da enchente começavam a baixar, deixando aflorada uma terra fertilizada pelos sedimentos, propícia para a cultura da juta e dos demais cultivos varzeanos, principalmente a roça de mandioca, cujo cronograma praticamente acompanha o da juta. O calendário do cultivo da juta estava sujeito às variações anuais do ciclo das enchentes e vazantes, e era muito flexível para cada município e localidade e para cada ano especificamente. Pontualmente, em cada jutal, este calendário podia ainda ser flexibilizado devido ao nível do terreno, determinante do nível das águas, permitindo ou não a atividade agrícola. O calendário agrícola da juta da Vila Amazônia englobava uma safra anual que, no total, abrangia cerca de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cinco ou seis meses, geralmente de agosto a dezembro, e se estendia até meados de janeiro.

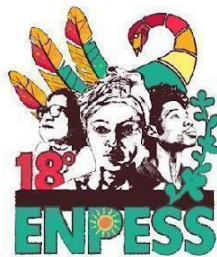
Nas fases finais do processo produtivo, de secagem, enfardamento da juta e despacho dos fardos para os comerciantes, os problemas mais graves de saúde davam uma trégua, mas o esforço físico extenuante continuava praticamente o mesmo como em quase todas as dez fases (Ferreira, 2014, p. 161). Nesta lista classificatória de doenças, que afligia e acometia o trabalhador juteiro, podemos acrescentar ainda a ancilostomíase, beribéri e a hemoglobinúria e, sobretudo, a terrível e incapacitante malária, cujo vetor são os insetos anofelíneos. De fato, por volta de 1963, uma série de doenças de massa, umas endêmicas (como a malária e as disenterias), outras epidêmicas (como a varíola [extinta atualmente], a febre amarela e ultimamente a hepatite infecciosa); outras crônicas, de longo ciclo, como a lepra; e ainda outras carenciais, como o beribéri, constituía-se realmente em um sério entrave à adaptação do homem ao meio amazônico. Dentre elas, a malária era a mais grave (Batista, 2003, p.126).

Durante as fases de afogamento das hastes, desfibramento e lavagem da juta, os olhos do juteiro sofriam uma agressão violenta por causa da exposição prolongada à luz solar refletida na água dos rios, o que acarretava sérios problemas de visão. Entre os problemas comuns aos trabalhadores rurais da Amazônia, que passam várias horas por dia expostos à radiação solar refletida no espelho d'água dos rios e lagos, estão a catarata, caracterizada pelo endurecimento e opacidade do cristalino, e o pterígio, caracterizado pelo crescimento excessivo de uma membrana que protege o globo ocular, conhecida popularmente como carne crescida. O principal fator condicionante negativo das regiões tropicais seria o clima excessivamente quente e úmido, que para muitos autores seria insuportável e letal, um "inferno verde", aparentemente propício à propagação das "doenças tropicais".

Nas áreas de várzea, onde estavam localizados os jutais, tais condições propícias às endemias eram a regra, e não a exceção. As esquistossomoses não têm vetores, mas têm hospedeiros intermediários, os caramujos, que, na água, liberam por intermédio de suas fezes as formas infectantes para o homem.

A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1989) referenda que são direitos dos trabalhadores a redução de riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, bem como estão compreendidas, nas atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), as ações de vigilância à saúde do trabalhador e a proteção ao meio ambiente, nele incluído o ambiente de trabalho. Os trabalhadores da juta viram sempre seus direitos serem violados.

Portanto, nesta pesquisa que efetuamos, é possível afirmar que os determinantes da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

saúde do trabalhador são os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis pelas condições de vida e os fatores de risco ocupacionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e aqueles decorrentes da organização laboral – presentes nos processos de trabalho e que são deteriorados principalmente pela precarização do trabalho.

REFERÊNCIAS

AKA - ASSOCIAÇÃO KOUTAKU DO AMAZONAS. A saga dos koutakuseis no Amazonas – uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso. Manaus: Edição da Associação Koutaku do Amazonas (AKA), 2011.

BATISTA, Edith Limongi; BATISTA, Marilena Limongi; PINTO, Renan Freitas. Artigos e Crônicas – Djalma Batista. Manaus: Edua, 2016.

BORGES, Maria Elizabeth et. al. A questão social: objeto de estudo e realidade social. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes sociais: Brasília (DF), 2019.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand [Lisboa: Difel, 1989].

BRAGA, Okiro de Senna. Cultura e beneficiamento da juta. Concurso de Monografias do S.D.A. Rio de Janeiro: Serviço de Documento do Ministério da Agricultura, 1945.

COSTA, Írio Barbosa da & LEITE, Barboza, O Juteiro. Revista Brasileira de geografia. v. 28; n. 1, Fundação IBGE. - Rio de Janeiro, 1966.

DIAS, E. C. (Org.). Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

DIESAT. Insalubridade: morte lenta no trabalho. São Paulo: DIESAT-OBORÉ, 1989.

FERREIRA, Aldenor da Silva. A vida dos trabalhadores da juta e da malva no baixo Solimões. Manaus: EDUA, 2014.

FRAXE, Therezinha J. P. Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador. São Paulo – Dissertação de mestrado – Faculdade de medicina da USP, 1983.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Manifesto Comunista. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. 2 ed. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde /Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

PACHÊCO, Josuéte Brandão; SAITO, Carlos H. O ambiente fluvial das microbacias hidrográficas do PA Vila Amazônia, Parintins-Amazonas-Brasil. In BARTOLI, E.; et alli. Parintins: sociedade, territórios & linguagens. Manaus: Edua, 2016.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. A economia da Juta em região do médio Amazonas. Porto Alegre: UFRGS, 1982

SILVAN, Denison. Trabalhadores da juta na Amazônia: trajetórias de luta, suor e sofrimento. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia, Manaus, 2018.

TELES, Heloisa e CORRÊA, Laís Duarte. Metamorfoses no mundo do trabalho e alguns rebatimentos na questão social. Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Maranhão, 2019.